

TIC na escola pública: o ensino híbrido como uma necessidade atual em tempos de pandemia

Vera Lucia de Souza Silveira (PPGE/UNESA; FME de Niterói - RJ) - vera.silveira2004.vs@gmail.com

Ana Valéria de Figueiredo (PPGE/UNESA) – anavaleriadefigueiredo21@gmail.com

GT 12 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Resumo:

A partir deste contexto de crise sanitária com a pandemia de covid19 no qual estamos inseridos e que nos coloca diante de situações objetivas e com as mais diversas dificuldades, os professores tiveram que se reinventar, a fim de se manterem próximos ao aluno e a seu processo de aprendizagem. Pensando nisso, este trabalho propõe um debate sobre a introdução das TIC e o uso do modelo híbrido no ensino, como forma de potencializar a perda das aulas presenciais, na escola pública, além de respeitar a carga horária determinada pela LDBEN 9394/96, que ocorre neste período. Quando nos referimos à educação, deparamo-nos com um processo longo e que não está vinculado apenas à escola, isto porque o contexto, no qual o educando está inserido, influencia sua vivência e, conseqüentemente seu aprendizado. Sob essa perspectiva, a escola deve levar em conta o aprendizado de vida que o indivíduo traz, a fim de que ele possa construir seu conhecimento, com base em suas experiências, sob a orientação do professor. Freire (1996) defende uma educação libertadora e problematizadora; a educação como prática da liberdade, fundada na criatividade e estímulo, para refletir e agir sobre a realidade e o mundo.

Palavras chave: TIC na Educação. Ensino Híbrido. Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

1 Introdução

Quando nos referimos à educação, deparamo-nos com um processo longo e que não está vinculado apenas à escola, isto porque o contexto, no qual o educando está inserido, influencia sua vivência e, conseqüentemente seu aprendizado. Dewey (2014) acreditava que o educando deveria partir de suas experiências de vida e realidade social, para atingir um aprendizado efetivo, tendo como objetivo primeiro, a formação cidadã acrescida de uma educação escolar, de modo a adquirir conhecimento sistematizado ao longo de sua vida de estudante e também, de sujeito integrado à sociedade de forma plena.

Sob essa perspectiva, a escola deve levar em conta o aprendizado de vida que o indivíduo traz, a fim de que ele possa construir seu conhecimento, com base em suas experiências, sob a orientação do professor. Assim, professor e aluno têm que se perceber curiosos, motivados, para serem criativos e, por meio do processo de ensino e aprendizagem, estruturarem um mundo novo de possibilidades individuais e sociais, a partir de cada nova experiência partilhada.

Freire (1996) defende uma educação libertadora e problematizadora; a educação como prática da liberdade, fundada na criatividade e estímulo, para refletir e agir sobre a realidade e

o mundo. Entende que, para romper as perspectivas conservadoras, deve-se modificar a relação entre a classe privilegiada e o povo.

A escola pública, instituição que atende as classes menos favorecidas economicamente e que sofre com a desqualificação e com o pouco caso das políticas públicas, deveria oferecer o conhecimento científico que é um direito de todos. Quando nos referimos à escola pública, há um generalizado descontentamento com o ensino oferecido para o ensino fundamental. A escola fundamental deve ter como objetivos a formação do cidadão que contribua com a sociedade e deve promover o saber, o conhecimento necessário ao educando. (PARO, 2000)

Como afirma Michael Young (2007), existem dois tipos de conhecimento: o “conhecimento dos poderosos” e o “conhecimento poderoso”. O conhecimento poderoso é aquele que se refere ao que o conhecimento pode fazer pelo sujeito, como, por exemplo, novas formas de se pensar o mundo. E é isso que os pais esperam, mesmo que inconscientemente, ao manterem seus filhos na escola, ou seja, que eles adquiram um conhecimento que não é aprendido em casa. Um conhecimento especializado com professores especializados para ensiná-lo.

A educação dialógica de Freire (1996) é aquela que promove o encontro dos sujeitos – professor e aluno – que se voltam sobre o objeto de estudo – o tema – para examiná-lo e, ao dialogarem a seu respeito, elaboram pensamentos, questões acerca do objeto estudado. O foco, portanto, não está somente no aluno; está na relação aluno/professor/objeto. O sujeito traz consigo para a escola, um conhecimento que foi adquirido com sua vivência e, a partir do que ele já sabe, irá trabalhar, para que aprenda o que ainda não sabe, utilizando seu ponto de vista, sua criticidade e o diálogo.

Este texto, aborda a mudança de metodologia em uma turma de 5º ano do ensino fundamental, de uma escola municipal, em Niterói/RJ, com o propósito de fazer funcionar a inclusão das TIC, no cotidiano da sala de aula, composta por crianças de 10 a 12 anos e como elas responderiam à inclusão de um modelo híbrido de ensino. Para isso, professor e aluno terão que trabalhar juntos, através de uma educação mais democrática, a fim de que o educando se motive para o aprendizado e, à medida que aprende, se aproprie progressivamente do saber, ou seja, ele se faz mais autônomo, para construir sua aprendizagem.

As demandas escolares desafiam o docente, para que possa alcançar, minimamente, alguns objetivos traçados para o 5º ano do Ensino Fundamental. A inclusão das tecnologias em sala de aula irá proporcionar um universo maior de conhecimento acadêmico, além da convivência do aluno com os colegas e professores de forma mais desafiadora e de grande importância nesta fase de sua vida, além de sua formação enquanto cidadão crítico e reflexivo.

2 Integração e diálogo entre alunos e professores

A escola precisa acompanhar a constante transformação tecnológica que se apresenta frente às demandas de um mundo globalizado. Apesar das mudanças ocorridas com o passar do tempo, hoje a escola ficou perdida entre dois mundos: uma sala de aula tradicional e alunos que já cresceram informatizados. Por isso, é imprescindível, para a educação, que os professores se qualifiquem adequadamente, a fim de que as tecnologias de informação e comunicação (TIC) sejam introduzidas no processo de aprendizagem e que a escola possa acompanhar essas mudanças de forma efetiva e eficaz. Assim, sob esse novo olhar, é de vital importância que a gestão da escola pública ofereça meios para que o professor use a tecnologia adequadamente ao processo de ensino, em suas aulas, de modo que elas se tornem mais atrativas, interessantes e ajudem a sanar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, visto que as crianças têm uma relação muito positiva com as tecnologias.

O mundo mudou e, por isso, é necessário acompanhar esta mudança que se reflete cotidianamente em sala de aula. É lá que as ações acontecem, há mudanças na qualidade, no desenvolvimento, na aprendizagem dos alunos e tudo isso pede que o professor regente se posicione de forma positiva e interessada, quanto a esta nova prática pedagógica. Assim, a reflexão sobre como os alunos vão aprender melhor deve fazer parte das atividades teórico-práticas que envolvem o trabalho docente, apoiado pela escola.

Atualmente, a escola tem sofrido com problemas, como a evasão escolar, muitas vezes causada pela defasagem no processo de ensino-aprendizagem, a indisciplina, o insucesso pessoal, além de alunos que precisam de atenção especial, por conta da inclusão, um direito de todos. Estes fatores vêm crescendo exponencialmente e acarretam mais problemas do que a instituição escolar está capacitada a resolver. Por conta disto, o professor tem que assumir vários papéis dentro da escola, o que acaba por prejudicar e desgastar sua prática e, como consequência direta, o processo educacional.

As TIC, nesse sentido, se tornam importantes como possíveis ferramentas pedagógicas necessárias à mudança do papel do professor neste contexto, ao introduzirem uma nova didática e inovarem os modelos pedagógicos já existentes que, por muitas vezes, não atendem mais os alunos em suas necessidades pedagógicas, haja vista que eles precisam ser estimulados a aprenderem e a ensinarem, além de interagirem entre si e também com o professor.

Dewey (2001) acreditava que o sucesso do processo de educação dependia também do coletivo, isto é, sujeitos em comunicação, trocando saberes e experiências e o professor como mediador desse processo educativo. Sob este olhar, portanto, é visível e crucial a necessidade de se instalar as TIC no ensino básico. Para tanto, os professores precisam se qualificar e

atualizar, para enfrentarem os novos tempos que contextualizam a educação, hoje. A tendência é deixar o tempo passar e quando se percebe, já estão mumificados diante das novidades que surgem a todo momento. Estão presos àquele ensino tradicional e à cobrança de conteúdos muitas vezes ultrapassados, que são depositados nos educandos, como descrito no conceito de ensino bancário.

Freire (1987) questiona os conteúdos acadêmicos, não por ser contra eles, mas faz uma crítica contundente à maneira como são transmitidos aos discentes, questionando também o funcionamento da escola, como uma instituição que deposita nos alunos os conhecimentos de cima para baixo sem que haja alguma ação direta do educando para assimilá-los. Assim, é preciso, nestes novos tempos, que o professor se engaje no processo de transformação do ensino, através de metodologias que favoreçam o crescimento intelectual do aluno. A inclusão das tecnologias em aulas presenciais e não presenciais, é, portanto, uma maneira de ampliar o universo de aprendizado do sujeito, com a mediação do professor, que vai conduzir o desenrolar do processo de aprendizagem, favorecendo, assim, a integração entre docentes e discentes.

3 Melhoria no desempenho – Ensino Híbrido

Apesar de bem classificada no IDEB, a escola sob análise sofre dos males de toda instituição pública. Com a chegada da pandemia do covid-19, houve um afastamento do ambiente escolar, tanto dos professores quanto dos alunos. Por isso, o processo de ensino-aprendizagem foi afetado por fatores que ultrapassam o espaço escolar, o que trouxe preocupação e inquietação com relação ao ano letivo e aos conteúdos que deveriam ser ministrados. Logo, tornou-se necessário avançar e buscar soluções, para proporcionar aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, após o retorno, a experiência de aulas, utilizando o ensino híbrido e o uso de tecnologias como um recurso para sanar a defasagem de aprendizagem.

O ensino híbrido, mais do que um modo de resolver problemas, está inserido na classificação de metodologia ativa, ou seja, o aluno passa a ser o protagonista do seu aprendizado e o professor passa a atuar como mediador do processo. Para Dewey (2001), o aluno deve assumir o protagonismo de sua aprendizagem, de sua própria vida e que, dessa maneira, ele aprende a ser um cidadão da democracia. De acordo com ele, ainda, o conhecimento deve sempre servir à democracia. A tecnologia, neste sentido, é uma aliada do ensino, visto que crianças e jovens se encantam por ela. Por isso, é preciso que a escola oportunize o uso destas ferramentas pedagógicas nas aulas, sejam elas presenciais ou a distância.

Freire (1996) lutava a favor dos oprimidos e por uma sociedade mais justa; por isso, era a favor da socialização do conhecimento e, também, do uso de computadores nas escolas, mas se preocupava, de forma crítica, em como essas ferramentas seriam introduzidas e usadas na sala de aula.

Nunca fui ingênuo apreciador da tecnologia: não a divinizo, de um lado, nem a diabolizo, de outro. Por isso mesmo sempre estive em paz para lidar com ela. Não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e dos adolescentes das classes sociais chamadas favorecidas. Não foi por outra razão que, enquanto secretário de educação da cidade de São Paulo, fiz chegar à rede das escolas municipais o computador. (FREIRE, 1996, p.34)

Atualmente, a tecnologia é importante devido a sua presença marcante em todos os campos da sociedade e na educação não é diferente. Agregando-a à sala de aula serão evitadas situações, como a que o ensino passa neste momento de pandemia, em que as escolas públicas foram fechadas e se viram sem condições de suprir, com o afastamento social, a necessidade das aulas não pararem e continuarem atendendo adequadamente o corpo discente. A instituição, que já tinha como hábito o uso de tecnologias, se resolveu de forma mais rápida do que as demais instituições, principalmente as públicas, que nem sempre dispõem desse aparato.

O ensino remoto entrou na vida dos indivíduos de forma abrupta, para sanar o distanciamento. Aos poucos, ajustes foram sendo feitos e, a partir daí, percebe-se que as escolas não podem voltar ao estilo tradicional e bancário que eram. Cada família teve que se adaptar ao novo normal e tomar as rédeas do processo de ensino-aprendizagem, iniciando um processo de autonomia e de colaboração entre pais e filhos. Sendo assim, cabe à escola continuar o ensino sob a forma remota neste momento, e no retorno, acrescentar a sua metodologia, o uso de tecnologias que auxiliarão o aluno a continuar sua aprendizagem de forma autônoma e explorativa.

As aulas híbridas não são novidade na educação e podem ser introduzidas na escola pública para se acrescentar desafios, promover atividades grupais e individuais, sempre na busca de melhores resultados. Uma das características do hibridismo é o desenvolvimento da autonomia do educando, embora não seja fácil, tendo em vista que ele não está acostumado a ser protagonista de sua aprendizagem e o mundo atual e moderno, exija docentes que estimulem, provoquem discussões e que sejam condutores/mediadores da aprendizagem de crianças e jovens. Segundo Dewey (2001), a troca de saberes e experiências entre sujeitos é o que determina o sucesso do processo educativo. Por isso, é fundamental que essas trocas se realizem na sala de aula. Nesse sentido, o professor continua exercendo papel importante no processo de aprendizagem, ao utilizar, na aula, momentos de explicação teórica, narrativa(s)

sobre algum objeto, mediação de experiências, além do diálogo com o discente, estimulando a manutenção de uma postura aberta e indagadora.

4 Políticas públicas e o cotidiano da/na escola

O ensino remoto cresceu e tomou proporções, na tentativa de solucionar o momento de isolamento social e o fechamento das escolas. Com as aulas presenciais suspensas, as crianças ficaram sem comunicação com a escola, inicialmente. Foi imprescindível, portanto, tomar medidas quanto a equipar as escolas, para que alunos e professores pudessem usufruir das tecnologias para enriquecimento da aprendizagem. Atualmente, o instrumento utilizado é o celular, em função da pandemia, para uma linha de transmissão, por onde todas as atividades são encaminhadas.

Também compete à instituição governamental, em suas diferentes esferas, oferecer condições para que a escola possa se apropriar dos instrumentos digitais, pois neste momento ficou bem clara a desigualdade social em que professores e alunos estão inseridos.

A escola sob análise é pública e vem se mostrando, em meio à pandemia, com pouca estrutura para atender seus alunos e aquelas famílias que ficam sem condições de se comunicarem, por falta da ferramenta pedagógica que, no momento, é um telefone celular. Estas políticas e a falta de investimento nas escolas públicas iniciam, na vida da criança, uma exclusão social, antes mesmo da exclusão que a sociedade já promove. Seu direito a uma educação de qualidade é violado, assim como seus direitos humanos e sociais. A educação tem que ser feita de forma política em prol da libertação, segundo Freire (1987) e não, ao contrário.

Pensando na melhoria da qualidade do ensino e as políticas públicas aplicadas, vê-se a dificuldade em implementar novas práticas.

Por isso, é preciso estar atento à relativa negligência com que as políticas públicas educacionais, em geral, têm contemplado essa questão. Conforme já afirmamos, na medida em que qualquer proposta educativa escolar só se efetiva por meio da prática que tem lugar nas escolas, parece evidente que não se podem traçar políticas realistas de provimento de um ensino de qualidade sem que se considerem as dimensões dessa prática. Na perspectiva de uma proposta de melhoria da qualidade do ensino, a pesquisa e o conhecimento dessa realidade são necessários quer para se considerarem as potencialidades da escola, sabendo-se com que mediações se pode contar para se conseguir o que se deseja, quer para se identificarem os obstáculos existentes, propondo-se medidas que modifiquem a própria realidade escolar. (PARO, 2000, p.32-33)

A escola pública precisa de políticas públicas reais e voltadas para a educação como um todo, oferecendo educação de qualidade para as classes menos favorecidas e oferecer o conhecimento poderoso para abrir oportunidades de mudança social para o indivíduo.

3 Algumas considerações

Há muito se fala de uma escola de qualidade, democrática e igualitária. A escola pública sofre das mesmas dificuldades que atingem todas as instituições estatais, onde falta estrutura para se chegar ao patamar desejado de atendimento ao aluno de forma integral. Nossas escolas são tradicionais e as cobranças também o são, na medida que o governo espera das escolas uma melhor pontuação no IDEB a cada ano, fazendo dos alunos nada mais que receptáculos de conteúdos que, às vezes, nem fazem sentido para eles, em suas experiências cotidianas.

O objetivo do ensino híbrido é desenvolver no aluno sua autonomia pela busca do saber acadêmico, além de desenvolver sua autoestima, curiosidade e espírito reflexivo, ou seja, ações que promovam a liberdade, o senso crítico e o desenvolvimento da expressão do sujeito como protagonista de sua vida escolar.

É preciso que os órgãos responsáveis se sintam imbuídos do sentimento de que a escola precisa acompanhar a evolução social. No entanto, a instituição educacional pública ainda não se apropriou adequadamente da eficácia da educação tecnológica, fosse por falta de estrutura profissional e/ou material; fosse por conta de políticas públicas que não a contemplam. O objetivo, portanto, é a qualificação da escola e dos sujeitos nela envolvidos, para a evolução diária do processo de ensino e aprendizagem.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. Cap.3. p. 71-93. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: FAPERJ

LOURENÇO FILHO, Armando; MENDONÇA Samuel. A autonomia do educando na pedagogia de Dewey. **Eccos Revista Científica**, núm. 33, abril, 2014, pp. 187-203. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

PARO, Vitor Henrique. Educação para a democracia: o elemento que falta na discussão da qualidade do ensino. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 13, núm 1, 2000, pp. 23-38. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413103> Acesso em: 01 set. 2020.

PEREIRA, Eliane Alves; MARTINS, Jackeline Ribeiro; ALVES, Vilmar dos Santos; DELGADO, Evaldo Inácio. A contribuição de John Dewey para a educação. **Revista Eletrônica de Educação**. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Educação, 2007. Publicação contínua. ISSN 1982-7199. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/38> Acesso em: 13 out. 2020.

TEITELBAUM, Kenneth; APPLE, Michael. **Currículo sem fronteiras**, v.1, n.2, p.194-201, Jul/Dez 2001. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/classicos/teiapple.htm>
Acesso: 08 out. 2020.

YOUNG, Michael F. D. Para que servem as escolas? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a0228101> Acesso: 25 ago. 2020.